

**Empresas
Estatais:
Inovar é Investir
no Brasil**

SUMÁRIO EXECUTIVO DO FÓRUM

O Fórum das Empresas Estatais Sobre Inovação, comemorativo aos 30 anos de criação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, ocorreu em Brasília-DF nos dias 12 e 13 de dezembro de 2009. Sob o título “Empresas Estatais – Inovar é Investir no Brasil”, o encontro reuniu, na Associação Médica de Brasília (Clube dos Médicos, no Setor de Clubes Sul), dirigentes de empresas estatais, conselheiros, especialistas e entidades organizadas, além de parlamentares e representantes de órgãos do Governo Federal.

Após a cerimônia de abertura, conduzida pelo Diretor do DEST (**MURILO FRANCISCO BARELLA**) e que contou ainda com a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (**PAULO BERNARDO SILVA**), bem como do Secretário Executivo da pasta (**JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL**) e do Secretário Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia (**LUIZ ANTONIO ELIAS**), a programação técnica do Fórum – painéis sobre Inovação e Investimento – iniciou-se com os debates acerca da Inovação na Perspectiva Econômica. Ainda no primeiro dia, foram realizadas também discussões sobre o Investimento em Desenvolvimento Regional, as quais precederam o coquetel de encerramento do dia inaugural, que contou ainda com brinde em homenagem aos 30 anos do Departamento promotor do Fórum.

Durante a manhã do segundo dia, as apresentações técnicas focaram-se na “Dinâmica de gestão da inovação nas empresas estatais – aspectos conceituais, desafios e oportunidades” e no “Investimento em Infraestrutura para Desenvolvimento”. No período vespertino se deram os debates relacionados a “Redes de cooperação em P&D e outros fóruns de inovação” e “Financiamento dos Investimentos”. Por fim, por volta das 19h00 do dia 13 de novembro de 2009 deu-se o encerramento do evento.

A relevância do Fórum, que buscou enfatizar o papel do processo de inovação no crescimento econômico e a contribuição das estatais neste cenário, foi seguidamente reconhecida pelos participantes, corroborando assim a linha de atuação oportuna e eficiente que se espera das empresas estatais em tempos recentes, pensamento sintetizado pelo Diretor do DEST da seguinte forma:

“A boa situação econômica do Brasil frente à recessão mundial foi, sem dúvida, o destaque do segundo semestre de 2009, graças à decisão do Governo Federal de ampliar a oferta de recursos destinados aos investimentos e à manutenção da política de fomento ao crescimento”. E nos orgulhamos de fazer parte desse esforço, na medida em que o Departamento acompanha a atuação das empresas estatais. Elas respondem em 2009 por investimentos da ordem de R\$ 79 bilhões e pela execução da política pública de fomento, disponibilizando cerca de R\$ 659 bilhões em financiamentos aos diversos setores econômicos nacionais.

A inovação é a pedra de toque, a pedra fundamental para a situação em que o País se encontra – de avanço, de preponderância não só mundial, mas econômica. Essa é uma pauta não nova para as estatais, mas nova para o DEST, que estamos propondo discutir.”

Finalizando o primeiro dia do evento, o DEST foi presenteado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT com o lançamento de um selo comemorativo dos 30 Anos do Departamento, o qual possui inclusive valor postal, conforme pode ser verificado na apresentação:

ABERTURA E HOMENAGENS

A cerimônia de abertura foi, como ressaltado anteriormente, conduzida pelo Diretor do DEST (**MURILO FRANCISCO BARELLA**) e contou ainda com a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (**PAULO BERNARDO SILVA**), bem como do Secretário Executivo da pasta (**JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL**) e do Secretário Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia (**LUIZ ANTONIO ELIAS**).



O Diretor iniciou dando os números do orçamento de investimentos e fazendo uma breve prestação de contas da atuação do DEST, onde foi evidenciado que cerca de 60% dos quase R\$ 80,0 bilhões do orçamento de investimentos das empresas estatais federais já tinham sido executados até o mês de setembro e a tendência é que este número aumente ainda mais nos meses finais do ano. Foi ressaltado também que o DEST está criando uma nova coordenação para avaliar as empresas estatais, tarefa considerada não trivial dada a heterogeneidade das mesmas, algumas com atividades pautadas apenas em objetivos sociais e por isso mesmo não passíveis de comparações apenas em termos de resultados financeiros.



Avançou relatando o papel das estatais na superação da crise econômica mundial e em como o DEST vem aprimorando e aprofundando o relacionamento com os conselheiros de administração, levando informação e suporte técnico, inclusive com parcerias com algumas estatais que têm excelência em determinadas áreas e outros atores tais quais o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Abordou sucintamente também a questão da regionalização, onde há que se ressaltar os investimentos estratégicos realizados de maneira descentralizada pelas empresas estatais.

Houve destaque também para o papel desempenhado pelos servidores que ajudaram a construir a história do Departamento nos últimos 30 anos, tanto os que estão presentes hoje, quanto os que já o deixaram, nas seguintes palavras do Diretor Murilo Barella:

“Nesse período foi desenvolvida toda uma inteligência de abordagem e tratamento das estatais, que essas pessoas que ajudaram ativamente a elaborar. Agora estamos em novo momento, de inflexão. O Dest está aprofundando o acompanhamento das estatais com novas abordagens, aspectos de governança, desenho institucional, administração estratégica e gestão por resultados”.

Em prosseguimento, receberam placas pelos serviços prestados ao DEST, nove servidores e dois ex-diretores. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, entregou as placas ao primeiro secretário de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, Nelson Mortada, representado pela filha, Alessandra Mortada de Castro; e a Eduardo Skalestky, último diretor do DEST, antes da atual gestão. O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Bringel, fez a entrega ao coordenador-geral de Projetos Especiais do DEST, Otacílio Caldeira Júnior; e ao coordenador-geral de Orçamentos, Antônio Machado Rezende.

Por sua vez, o secretário-executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Elias, entregou as placas aos assessores do DEST Ilton Ilhomar de Carvalho e José Magalhães de Sousa; e ao coordenador-geral de Política Salarial e Benefícios, Noel Dorival Giacomitti. O Diretor Murilo Barella fez então a entrega das placas ao assessor Wilson Fiel dos Santos e à chefe da Divisão de Protocolo e Acervo Documental do DEST, Regina de Fátima Lacerda.



Após as homenagens, o secretário-executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Elias, iniciou os discursos fazendo um breve apanhado histórico do aporte tecnológico que levou à criação do MCT. Destacou a associação da política industrial com a ciência e tecnologia, bem como o movimento nacional pró-inovação. Abordou ainda o aperfeiçoamento da gestão

pública, associado à agenda da inovação.

Em seguida, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Bringel, fez uso da palavra para novamente homenagear os funcionários que participaram dos 30 anos do DEST, salientando que estes devem chegar em casa e realmente se orgulhar do que ajudaram a construir. Isto posto, o Sr. Secretário-executivo enfocou a idéia de que eventos como este Fórum de Inovação são oportunos para que se debata o futuro do nosso País. Entre esses objetivos de médio e longo prazo, destacou a meta de que o Brasil ocupe em 2016 o posto de quinta economia do mundo, sendo que para isso necessitará superar desafios em setores estratégicos ora representados no Fórum, especialmente o elétrico e o de petróleo, o que, por sua vez, exigirá esforços enormes de inovação e pesados investimentos (aços especiais, química fina, tecnologia de informação, reduções de emissões de CO₂, etc.), como nos informa diretamente em suas palavras:

“Para garantir a estabilidade do consumo industrial e da população, vamos precisar de mais 60 Megawatts de energia, além dos 50 Megawatts hoje produzidos. E a indústria do Pré-Sal exigirá, pelo menos até 2013, investimentos de cerca de R\$ 140 bilhões. A meta é que, em 2020, a produção de petróleo será aproximadamente o dobro do que produzimos hoje – chegará a 3,8 milhões de barris-dia.”

Defendeu ainda que para chegarmos a esses patamares um grande desafio se apresenta: acelerar o desenvolvimento de inovação na gestão. “Será exigido um novo padrão de avaliação de empresas, um novo patamar de orientação estratégica e a participação cada vez maior dessas empresas como avaliação de mercado, uma vez que detêm um patrimônio considerável do contribuinte”, salientou.

O Ministro Paulo Bernardo iniciou afirmando que o País teria enfrentado grandes dificuldades para superar a recente crise financeira mundial, se não tivesse empresas estatais fortes, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES, a Petrobrás e o sistema Eletrobrás. Ao falar da superação da crise, o ministro traçou um paralelo com a situação internacional de 20 anos atrás, quando caiu o muro de Berlim e a discussão sobre o papel do estado foi intensificada:

“Naquele momento a mudança na conjuntura internacional favoreceu muito a uma visão do Estado minimalista, de que o mercado deveria resolver tudo. Ganhou corpo, então, a discussão das privatizações. Mas no Brasil isso se deu de uma forma não tão radical, pois, se tivemos grandes privatizações, também tivemos a preservação de importantes empresas estatais”.

Foi essa preservação que, na sua visão, permitiu ao Brasil superar rapidamente os efeitos da crise, isso se deu porque o País sempre teve, em menor ou maior grau, o seu desenvolvimento fortemente calcado na ação do Estado e particularmente de grandes empresas estatais: a CSN, a Petrobrás (hoje a quarta maior empresa do mundo) e outras. Seguiu informando que num primeiro momento as estatais foram ainda decisivas para a montagem do PAC, no esforço para retomar o investimento público e ajudar no investimento privado. “E, depois, os bancos públicos atuaram para manter e até aumentar a oferta de crédito, baixar a taxa juros e combater essa crise que veio para cá importada e que felizmente estamos já superando”, finalizou o Ministro.

CONTEÚDOS TÉCNICOS DAS APRESENTAÇÕES

1º Painel (Dia 12 de novembro das 10h às 16h30min): Mesa composta por Luis Antônio Elias (MCT), Fernanda de Negri (IPEA) e moderador Murilo Barella (DEST)

Murilo justificou a ausência de Maurício Borges Lemos, responsável pelas áreas financeira, de administração e de operações indiretas do BNDES, que ficou preso no aeroporto do Rio de Janeiro devido às fortes chuvas naquela região. Isto posto, a proposta do painel é apresentar o cenário atual de inovação no País.

Luiz Antônio Rodrigues Elias (Secretário Executivo do MCT) – Estado da Arte da Inovação no Brasil – políticas, diretrizes e marco legal, com enfoque em políticas estruturantes de inovação em andamento – PACTI/MCT e PDP

Apresentou sucintamente o Plano de Ação 2007-2010 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. Os temas elementares do Plano estão preservados no Fórum de Inovação das Estatais. Relacionou ampliação da produção científica com o processo inovativo. Grandes, médias e pequenas empresas no Brasil estão investindo em processos inovativos.

A crise mundial direcionou os países da OCDE para a centralização da busca por inovação, pois se percebeu a relação entre apropriação de conhecimento e PIB. Diferente de países como EUA e Coréia, a institucionalidade dos pesquisadores no Brasil está nas Universidades, e também as patentes. É necessário que as empresas se apropriem mais de conhecimento e patentes, para que se amplie a renda.

Mais detalhes podem ser obtidos diretamente na apresentação do palestrante: "[01 - MCT Elias DEST.ppt](#)"

Fernanda de Negri (Diretora Adjunta da Diretoria de Estudos Setoriais do IPEA) – A integração das empresas brasileiras ao Sistema Nacional de Inovação

Fernanda de Negri atua na avaliação dos atores envolvidos nas redes de inovação. Enfocou se os fundos setoriais são mecanismos robustos para financiar de forma consistente a CT & I no Brasil. Questionou também se as empresas têm participado de forma expressiva nos Fundos Setoriais, bem como quais são os impactos dos Fundos Setoriais na gestão do Sistema Nacional de Inovação.

Ressaltou a relação entre Fundos Setoriais, grupos de pesquisa e informações de empresas (setor produtivo). Inferiu que há uma relação muito forte entre produção científica e PIB. O Brasil evoluiu recentemente, mas ainda está muito atrás de países desenvolvidos e da Coréia do Sul.

Apresentou a evolução da Matriz de relacionamento entre Ciência e Tecnologia, comparando o Brasil e o Mundo, com base nas patentes registradas no Escritório de Patentes dos EUA. Segundo ela, falta ao Brasil consistência e constância nas matrizes tecnológicas. Demonstrou ainda os marcos regulatórios relacionados à questão.

Mais detalhes podem ser obtidos diretamente na apresentação da palestrante: "[02 - Fernanda De Negri IPEA.ppt](#)"

2º Painel (Dia 12 de novembro, das 17h às 18h30min) - Investimento em Desenvolvimento Regional: Mesa composta por Paulo Odair Pointevin (BB), José Antônio Muniz Lopes (Presidente da ELETROBRÁS), Clementino de Souza Coelho (CODEVASF) e moderador Amarildo Baesso (Secretário-Adjunto SPI)

Paulo Odair Pointevin Frazão (Gerente Executivo da Diretoria de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil)

Iniciou informando que o BB voltou a ser o maior banco do Brasil, com as recentes incorporações. O banco divide suas atuações em 3 eixos: Processos de Gestão, foco no desenvolvimento sustentável e Investimento Social (recursos não reembolsáveis através da Fundação Banco do Brasil).

A inovação que o BB traz para o debate é o Desenvolvimento Regional Sustentável. O banco se propõe a ser um catalisador das potencialidades locais, aproveitando-se de sua presença em quase todos os Municípios do Brasil, junto com parceiros institucionais, visando o empoderamento social através da geração de renda local. Exemplificou a integração de cadeias produtivas por meio da ovinocaprinocultura, muito forte na região Nordeste. A íntegra da apresentação pode ser consultada em:

["03 - BB_Frazão 12.11.2009 - DEST.ppt"](#)

José Antônio Muniz Lopes (Presidente da ELETROBRÁS)

Relatou que os dois primeiros grandes projetos de desenvolvimento foram a Companhia Siderúrgica Nacional e a Hidrelétrica de Paulo Afonso.

Falou, em síntese, do conceito de “enclave” desses primeiros projetos, onde se instalava o empreendimento de forma autônoma esperando que o meio se adequasse a ele. Tal conceito vem sendo veementemente refutado em favor da idéia de se desenvolver o entorno do empreendimento (“inserção regional do empreendimento”).

Nesse sentido, as empresas do Grupo Eletrobrás ao instalarem um empreendimento expressam sua preocupação com o meio ambiente e as pessoas que ocupam o seu entorno, procurando desenvolver boas práticas de integração, de parceria e desenvolvimento da região.

Não basta modernizar o setor elétrico e aumentar a oferta de energia é necessário que as pessoas da região também se beneficiem dos efeitos positivos do empreendimento.

Clementino de Souza Coelho (Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura da CODEVASF)

Comentou sobre a ovinocaprinocultura, potencial de expansão para o mercado mundial de carne nobre de caprino, mercado de 3 bilhões de dólares. Ressaltou que a CODEVASF foi criada no mesmo ambiente do desenvolvimento TVA (enclave). A empresa tinha como base a irrigação e criou impactos inegáveis (Petrolina-Juazeiro), demonstrando as externalidades positivas inegáveis advindas da irrigação (“Nada transforma o semi-árido como a irrigação”). O potencial de exploração ainda é imenso (somando São Francisco e Parnaíba são mais de 1 milhão de hectares).

Todavia mais importante que a irrigação é a integração logística da cadeia de produção. O enfoque não deve ser na obra, mas na ocupação qualificada, um mínimo de capacitação para o produtor, superado o enfoque de mera manutenção do homem no campo. Irrigação é capital intensivo, um hectare irrigado devolve 15mil dólares-ano. Modelo de PPP da irrigação pode ser viável, uma vez que os resultados dos investimentos públicos em irrigação são variáveis, ao passo que os dos investimentos privados são bastante bem-sucedidos. A apresentação completa pode ser encontrada em: ["04 - CODEVASF Clementino.ppt"](#)

3º Painel (Dia 13 de novembro, das 09h às 10h30min) - Dinâmica de gestão da inovação nas empresas estatais – aspectos conceituais, desafios e oportunidades: Mesa composta por Pedro Antônio Arraes Pereira (Presidente da Embrapa), Albert Cordeiro Geber de Melo (Presidente da CEPEL), Jose Roberto Fagundes Netto (Gerente Geral de Tecnologia do CENPES/Petrobrás) e o moderador Rogério Santanna (Secretário SLTI-MP)

Rogério Santanna (SLTI): Reforçou o desafio de as empresas se reinventarem. Registrou que por muito tempo o serviço público não contratou ninguém e que se o processo se mantivesse haveria “apagão” gerencial em um prazo não tão distante.

Pedro Antônio Arraes Pereira (Presidente da Embrapa)

Ressaltou que as estatais cresceram muito e não se verifica, ainda, uma completa profissionalização da sua gestão. Relembrou que a sustentabilidade também é uma meta, não apenas a renda. Citou a regulação como uma nova fronteira, o que torna a atuação dessas ainda mais complexa. Por outro lado, o consumidor está mais ávido e informado acerca do que consome, sejam em termos de produtos ou serviços.

Segundo ele, as tecnologias também são desafios de atualização constante. Tudo isto perpassa a pauta da Inovação. De acordo com suas palavras, “a embrapa não é uma universidade, ela está ali para resolver os gargalos da agricultura nacional”. Nesse sentido, confirmou a necessidade de redes e de induzir projetos estratégicos para o País.

Os detalhes dos MacroProgramas da Embrapa podem ser vistos nos slides: ["05 - EMBRAPA_Pedro Antônio.ppt"](#)

Albert Cordeiro Geber de Melo (Presidente do CEPEL)

Iniciou destacando as principais inovações para o setor elétrico: pesquisa aplicada com diálogo com a universidade, mas focada na viabilização de soluções. Maior centro de P&D+I do Brasil. Apoio à Eletrobrás, mas papel abrangente junto ao MME, MCT, EPE, ONS, concessionárias e indústrias.

Ressaltou ainda que o sistema interligado brasileiro tem dimensões continentais, além dos sistemas isolados. É preciso coordenação, sobretudo na questão hidrotérmica.

Finalizou enfatizando que o foco do CEPEL é inovação para o Brasil como um todo.

Mais informações podem ser conseguidas nos slides do autor: ["06 - Cepel Albert Cordeiro.ppt"](#)

Jose Roberto Fagundes Netto (Gerente Geral de Tecnologia do CENPES/Petrobrás)

Enfatizou que a gestão é crucial para a inovação. “Gestão da Inovação”. As estatais sofreram um vale de contratação o que pode gerar um vazio de gestão. Nesse sentido, o Centro de Pesquisas da Petrobrás está em expansão, sendo que inclui a engenharia básica da Petrobrás visando acelerar a implementação dos projetos.

Existe ampla integração com as áreas de negócio da Petrobras. Por construção, a pesquisa tem de ser alinhada e aplicada, pois o centro não tem orçamento próprio, mas há pesquisa em conjunto com os fornecedores e com as universidades. Segundo ele, pesquisar é transformar dinheiro em conhecimento; inovar é transformar conhecimento em dinheiro. Citou como exemplo o caso da 3M e do Pré-Sal que agora é o grande desafio de produção (envolve logística de off-shore).

Destacou ainda dificuldades com as métricas, risco de se medir processos no lugar de resultados. Além de que podem se gerar distorções, pois as equipes tendem a jogar pro índice, prejudicando o conteúdo. As informações detalhadas podem ser encontradas em: ["07 - Petrobrás José Roberto.ppt"](#)

Comentário SLTI – Importância de integração das iniciativas de inovação e do DEST como integrador entre empresas e FINEP (financiadora de P&D+I) .

4º Painel (Dia 13 de novembro, das 11h às 12h30min) - Investimento em Infraestrutura para Desenvolvimento: Mesa composta por Marcio Bastos Medeiros (Assessor Executivo da SPI-MP), Alexandre Barra (Gerente de Infraestrutura – CNI) e o moderador Zarak de Oliveira Ferreira (SOF-MP)

Alexandre Barra (Gerente de Infraestrutura da CNI)

Apresentou um quadro em que o setor produtivo sofre efeitos quando há deterioração da infraestrutura, retirando-se competitividade do país por isso. Exemplificou dizendo que o custo de transferência constitui a maior dificuldade dos exportadores.

Segundo o apresentador, o Brasil está diante de uma oportunidade inédita. (petróleo, gás, Copa do Mundo e Olimpíadas). E as estatais representam parcela muito significativa desses investimentos.

No tocante à análise setorial, entendeu que o setor de transportes merece uma empresa de planejamento (aos moldes da EPE no setor elétrico). Seguiu informando que as novas barragens, por exemplo, necessitam de eclusas, mas os custos não podem simplesmente ser transferidos para o consumidor da energia elétrica.

Finalizou enfatizando a necessidade de que o Governo e suas estatais consolidem o foco em investimentos em infraestrutura, os quais são, em sua análise, necessários e complementares aos investimentos privados, imprescindíveis para a redução dos gargalos estruturais que podem inibir o desenvolvimento brasileiro nos anos vindouros.

Marcio Bastos Medeiros (Assessor Executivo – SPI)

Focou-se em apresentar a situação atual do PAC que é um programa do Governo Federal que visa promover: i) a aceleração do crescimento econômico; ii) o aumento do emprego; e iii) a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Segundo o expositor, o PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a: i) incentivar o investimento privado; ii) aumentar o investimento público em infraestrutura; e iii) remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento.

Prosseguiu informando que as medidas do PAC estão organizadas em cinco blocos: 1º) estímulo ao crédito e ao financiamento; 2º) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; 3º) investimento em infraestrutura e medidas de gestão do PAC; 4º) melhora do ambiente de investimento; e 5º) medidas fiscais de longo prazo.

Usou como exemplo principal de gestão a evolução dos investimentos na BR 101, detalhando a sua adequação tanto em termos financeiros quanto de execução, fazendo inclusive um paralelo com a adequação ao prazo completo do projeto (2010).

Foram abordadas ainda as questões que envolvem o planejamento e a capacidade de atendimento à demanda oriunda das obras do PAC. Destacou que os fornecedores também precisam se adequar à ampliação dos investimentos em infraestrutura para que não ocorra, como aconteceu em alguns momentos, gargalos no fornecimento de insumos produtivos necessários à execução do PAC (asfalto, por exemplo).

Finalizou expondo o que chama de problema estrutural do PAC: a restrição orçamentária e financeira no decorrer do ano e sua posterior liberação apenas no fim do ano.

Mais informações no arquivo da apresentação: ["08 - PAC SPI Márcio.ppt"](#)

5º Painel (Dia 13 de novembro, das 14h às 16h) – Redes de cooperação em P&D e outros fóruns de inovação: Mesa composta por Glauco Arbix (Professor da USP), Rosane Argou Marques (Coordenadora de Inovação da ABDI), Ana Lúcia Delgado Assad (CNPq) e a moderadora Helena Kerr (ENAP)

Glauco Arbix (professor da USP)

Apresentou comparativos internacionais de um grupo selecionado de países que obtiveram ou vêm obtendo bons resultados no campo da inovação. Ressaltou as dificuldades para que o Brasil consiga efetivamente superar as dificuldades inerentes aos processos inovativos, com destaque para as raízes culturais, a institucionalidade envolvida (deu o exemplo do Judiciário, que muitas vezes apresenta decisões que podem ser consideradas incoerentes em casos similares) e a questão das “idéias lineares”, isto é, a percepção que as áreas mais nobres devem transmitir conhecimentos para as áreas menos nobres.

Destacou que uma política de inovação efetiva deve ultrapassar os períodos de governos, deve ser uma política de Estado. Segundo sua interpretação, o Brasil avança, apesar de todos os problemas. Citou como exemplo disso a Lei de Inovação e a chamada “Lei do Bem” (em que pese existirem incertezas em sua interpretação).

Seguiu enunciando a necessidade de diálogo entre as instituições de pesquisa e inovação. Registrou que a universidade brasileira ainda é muito fechada, o que também ocorre em outros países, os quais geram incentivos críveis para que essa tendência seja revertida, o que ainda não ocorre no Brasil. O ideal, segundo ele, é que haja interação de mão dupla, universidade-empresa e também o contrário, isto é, empresa-universidade, superando-se as dificuldades de ambos os lados.

Rosane Argou Marques (Coordenadora de Inovação da ABDI)

Iniciou dando conhecimento aos presentes que a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI foi instituída em dezembro de 2004 com a missão de promover a execução da Política Industrial do Brasil, em consonância com as políticas de Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.080). O principal enfoque da ABDI, destacou, está nos programas e projetos estabelecidos pela Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP, da qual é Secretária Executiva, ao lado do Ministério da Fazenda e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Prosseguiu dizendo que a ABDI recebeu a orientação de realizar e participar da articulação permanente com outras instituições nacionais e com o Council on Competitiveness - CoC/EUA para a mobilização empresarial pela inovação brasileira. Na América do Norte e na América do Sul a inovação é prioridade para a iniciativa privada e governo. A inovação tem sido e se mantém como uma das forças dominantes no processo de crescimento econômico de longo prazo, enfatizou.

Para bem realizar suas atribuições, a ABDI, segundo a palestrante, vem buscando estimular a cooperação para inovação, a divulgação das competências, ofertas e demandas tecnológicas do País nos diversos setores econômicos e áreas do conhecimento, bem como mapear o sistema brasileiro de inovação. Disponibilizou ainda informações sobre o Portal da Inovação e sobre a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP. Os registros completos encontram-se em: ["09 - Rosane Argou Marques - ABDI.ppt"](#)

Ana Lúcia Delgado Assad (ASNAC/CNPq)

Tratou essencialmente do papel do CNPq no sistema de inovação brasileiro. Iniciou informando que o CNPq é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. Tem seus principais mecanismos de apoio em: i) Linhas de Ação (formação de recursos humanos e fomento); e ii) instrumentos (diversas modalidades de bolsas, auxílios individuais e auxílios institucionais).

Destacou o papel dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCTs que atuam no apoio a instituições-âncora de pesquisa científica, tecnológica e de inovação e suas associadas em

rede temática. As principais atividades desses Institutos, segundo ela, concentram-se em pesquisa em temas de fronteira e/ou estratégicos, formação de recursos humanos, transferência de tecnologia e educação e divulgação científica.

Seguiu dando exemplos de atuação nas áreas de engenharia, física, matemática, saúde, agronegócio, entre outras. Finalizou focando os programas RHAE (capacitação e agregação de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação), Pró-Inova (apoio à realização, no país, de eventos técnicos) e Capacitação Empresarial para a Inovação (capacitação de empresários para o empreendedorismo inovador mediante a oferta de cursos de curta duração). Mais informações podem ser vistas nos slides: "[10 - Assad \(CNPQ\).ppt](#)"

Eugenius Kaszkurwicz (Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da FINEP)

Explicou inicialmente que a missão da FINEP é promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, centros de pesquisa, institutos tecnológicos e demais entidades, mobilizando recursos financeiros e integrando instrumentos, visando o desenvolvimento econômico e social do País.

Informou que as linhas de atuação da FINEP concentram-se em : i) agência de C, T & I (financiamento não reembolsável para Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTS); ii) agência de fomento da inovação (subvenção econômica para empresas); e iii) banco de financiamento da inovação (crédito, capital de risco, fundos de aval para empresas).

Teceu comentários ainda sobre o Sistema Brasileiro de Tecnologia – SIBRATEC que é uma iniciativa prevista no Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras, por meio da promoção de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de processos e produtos; de serviços tecnológicos; e de extensão e assistência tecnológica. Maiores informações podem ser obtidas diretamente na apresentação: "[11 - Eugenius \(FINEP\).ppt](#)"

Participação do Diretor do DEST Murilo Barella

Agregou aos comentários do Prof. Glauco Arbix que as estatais têm ajudado muito no processo de inovação. Citou como exemplos de inovação e oportunidades o setor sucroalcooleiro que precisará desenvolver etanol de 2^o geração para continuar competitivo. Falou sobre o gigantismo da Petrobrás e sua necessidade de inovação constante, agravada pelas especificidades do Pré-Sal (desafio de médio e longo prazo) e ainda sobre as questões relacionadas à nanotecnologia. Enfatizou que existe uma janela para capacitar o debate e se dar um salto na inovação brasileira, o que passaria também pelas estatais.

Finalizou encaminhando diretamente para a FINEP e CNPq a sugestão de que precisamos liderar e estabelecer com coerência as diretrizes para a busca de inovação nesse novo contexto, senão corremos o risco de ter apenas “mais do mesmo”, ou seja, projetos não efetivos e que em pouco tempo correm o risco de ficarem ultrapassados, ao passo que no outro extremo teríamos pesquisadores e acadêmicos apenas em busca de um melhor currículo.

6º Painel (Dia 13 de novembro, das 16h30 min às 18h30 min) – Financiamento dos Investimentos: Mesa composta por José Sydrião de Alencar Júnior (Diretor do BNB), Samir Soares Santos (Gerente Executivo da Diretoria de Crédito do BB), Ernani Torres (Superintendente da Área de Pesquisa Econômica do BNDES) e o moderador Marcus Pereira Aucélio (STN/MF)

José Sydrião de Alencar Júnior (Diretor do BNB)

Relatou que a posição estratégica do BNB no Nordeste, atuando como catalisador do desenvolvimento sustentável naquela região, tem permitido a integração da economia nordestina ao restante do Brasil. Informou ainda que o BNB participa das decisões de inovações relacionadas ao desenvolvimento regional (ETENE, Agência de Desenvolvimento, Crediamigo, Agroamigo, PRODETUR, Ação de desenvolvimento territorial) e também às inovações tecnológicas (FUNDECI).

Citou como alguns resultados positivos das inovações as presentes no setor de agricultura (fruticultura, grãos), agroindústria, convivência com o semiárido e agricultura familiar, meio ambiente, pecuária (bovinocultura e caprinovinocultura) e biodiesel. Finalizou enfatizando o papel desempenhado na busca de inovações pelo FNE, como pode ser verificado pela íntegra dos slides: ["12 - José Sydrião \(BNB\).ppt"](#)

Samir Soares Santos (Gerente Executivo da Diretoria de Crédito do BB)

Iniciou destacando que o Banco do Brasil ampliou a oferta de crédito durante a crise. Registrou ainda que, apesar dessa ampliação, o BB não sofreu com inadimplência e, além disso, ganhou espaços no mercado, conseguindo um resultado não-modesto. De acordo com o apresentador, foram destinados cerca de R\$ 18 bilhões ao agronegócio, R\$ 7,6 bilhões à indústria e R\$ 6,6 bilhões ao comércio e serviços.

Elencou as principais fontes de recursos do BB para o financiamento de investimentos, entre elas o BNDES (BB é o seu principal agente), FAT (operações do PROGER), FCO, Tesouro Nacional (PRONAF) e recursos próprios.

Sobre o papel da inovação, fez questão de elucidar que a inovação para os bancos é fundamental, pois a concorrência se amplia e é preciso se diferenciar cada vez mais. A totalidade da apresentação pode ser obtida em: ["13 - Samir Soares \(BB\).ppt"](#)

Ernani Torres (Superintendente da Área de Pesquisa Econômica do BNDES)

Questionou para que existe um banco público? Segundo ele, para que não falte crédito, sobretudo em crises, pois nesses períodos ou o banco público concede diretamente o crédito ou tenta estimular alguém a fazê-lo (setor privado).

Esclareceu ainda que uma parte significativa do mundo desenvolvido trabalha com bancos públicos. Apesar dessa informação, o BNDES é um dos únicos bancos de desenvolvimento que sobreviveu na América Latina.

Destacou que embora o mercado de capitais tenha crescido muito no Brasil em tempos recentes, seu peso relativo nos investimentos ainda é baixo (cerca de 9%), sendo complementado pelos lucros retidos (56%), BNDES (25%), capital externo (10%). Em suas palavras: “ações são importantes para dar liquidez à empresa, não para financiar investimento”.

Relembrou que os bancos públicos também funcionam como estabilizadores do mercado, agindo em situações críticas para equilibrar o mercado (exemplo: empréstimo do BNDES à Petrobrás para que ela não drenasse a liquidez já baixa da economia).

Finalizou lembrando que o Estado tem um desafio enorme: como estimular eficientemente os financiamentos de longo-prazo em moeda nacional (real)? Segundo ele, a resposta passa pelo setor privado, mas como viabilizá-la por meio do setor público é um grande desafio para os próximos 30 Anos do DEST. Veja a íntegra da apresentação em: ["14 - Ernani Torres \(BNDES\).ppt"](#)